



Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na quinta-feira		Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,66%	São Paulo	136.563	139.334	R\$ 5,678	(+0,82%)	9/maio 5,654 12/maio 5,684 13/maio 5,609 14/maio 5,632	R\$ 1.518	R\$ 6,352	14,65%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43
0,65%	Nova York	12/5	13/5	14/5	15/5					

NEGÓCIO

J&F recompra Eldorado e ENCERRA O LITÍGIO

Comunicado divulgado ontem informa o fim da disputa iniciada em 2017 entre a holding dos irmãos Batista e a empresa indonésia

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Principal acionista da JBS, a holding J&F comunicou ontem a recompra do grupo Eldorado Brasil Celulose. De acordo com a empresa — que investe em operações do agronegócio brasileiro —, a aquisição da Eldorado Brasil Celulose.

Com a transação, a holding da família Batista passa a ser a única acionista da empresa de celulose. A operação envolveu o pagamento à vista de US\$ 2,64 bilhões (equivalente a R\$ 15 bilhões) pela J&F à Paper Excellence, do empresário indonésio Jackson Wijay.

O presidente da J&F, Aguinaldo Filho, celebrou o acordo com a Paper Excellence. “Hoje é dia de agradecer a todos os colaboradores, clientes e parceiros de negócio que confiaram no futuro da Eldorado”, afirma Aguinaldo, que também é presidente do Conselho de Administração da Eldorado Brasil Celulose.

Além de colocar a empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista como dona da Eldorado Brasil Celulose, a transação ocorrida ontem encerrou todas as ações judiciais e arbitrais em curso, tanto no Brasil quanto no exterior, relacionadas à disputa.

Judicialização

O litígio teve início em 2017, com a assinatura de um contrato que previa a venda integral da Eldorado à Paper Excellence em duas etapas. À época, a empresa de celulose tinha a J&F como sócio majoritário.

Naquele ano, a Paper Excellence adquiriu os primeiros 49,41% das ações, com a previsão de transferência do controle

Eldorado Eldorado Brasil Celulose/Divulgação



J&F pagou R\$ 15 bi à vista à Paper Excellence para assumir o controle da Eldorado Brasil Celulose. “Hoje é dia de agradecer”, celebrou Aguinaldo Filho

restante dos papéis. Em 2018, no entanto, a J&F levou a negociação de Eldorado Brasil Celulosa à Justiça, alegando que a compradora (Paper Excellence) ainda tinha obrigações contratuais pendentes. A empresa, na época, julgou que as condições haviam sido atendidas e demandou o cumprimento integral do contrato.

O caso escalou para tribunais arbitrais no Brasil e no exterior. Paralelamente aos processos

arbitrais, a J&F ingressou com pedidos judiciais questionando aspectos tanto da arbitragem quanto do cumprimento contratual.

Acordo

Em novembro do ano passado, a Paper Excellence e a J&F assinaram um acordo, perante o Supremo Tribunal Federal (STF). A empresa estrangeira aceitou a proposta dos irmãos Batista,

que previa a compra de todas as ações da Eldorado, passando a ser a única acionista da fabricante de celulose. O valor pago, na avaliação da J&F, garantirá um retorno “significativo” para a Paper Excellence, que havia pago US\$ 1,2 bilhão (R\$ 3,8 bilhões) por sua fatia.

Com sede em São Paulo e fábrica em Três Lagoas (MS), a Eldorado produz 1,8 milhão de toneladas de celulose por ano para fabricação de papéis

para embalagens.

Ao fechar o contrato de venda de 100% do controle da Eldorado Brasil Celulose, a J&F e a Paper Excellence assinaram uma nota conjunta. “Esta transação atende plenamente aos interesses de ambas partes e põe fim, de forma plena e definitiva, a todos os processos judiciais e arbitrais em curso”, escreveram as empresas, no comunicado publicado, ontem.

“A J&F demonstra, com este

» Haddad nega planos de elevar o Bolsa Família

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo está discutindo medidas pontuais para o cumprimento da meta de resultado primário de 2025. Ele negou a discussão sobre abertura de espaço fiscal para novos projetos. “Não há demanda de espaço fiscal para projetos novos”, pontuou em conversa com jornalistas. Diante de boatos que circularam sobre a elevação do valor do Bolsa Família no Orçamento do ano que vem, Haddad ressaltou que não “há demanda, estudo, pedido de orçamento” para Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). “Não há da parte do MDS pressão sobre a área econômica para nenhuma iniciativa nova”, destacou. O ministro de Desenvolvimento Social, Wellington Dias, também negou a intenção de elevar o valor do benefício em 2026.

investimento, a sua confiança no Brasil e na Eldorado. Já a Paper Excellence seguirá explorando oportunidades no setor de celulose e papel”, completaram a J&F e o Paper Excellence.

Um dos maiores grupos empresariais do Brasil, a J&F tem operações em mais de 20 países, com mais de 300 mil empregados, 190 mil atuando no Brasil. Já a Paper Excellence confecciona 12,8 milhões de toneladas de papel e celulose todos os anos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Comitê do IBS deve tomar posse sem municípios

» EDUARDA ESPOSITO

O Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CSCGIBS) deve ser instalado hoje contando com 27 dos 54 nomes previstos. Apenas os estados, que serão representados pelos seus secretários de Fazenda, indicaram nomes.

Conforme determina a Lei Complementar 214/2025, que criou o comitê Gestor, a outra metade das cadeiras está reservada para os municípios, que deveriam ter escolhido seus representantes em abril deste ano, mas uma disputa entre a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) anulou a eleição realizada.

O Conselho Superior será responsável por administrar, fiscalizar e distribuir o IBS entre os entes da Federação e foi criado a partir da sanção da reforma tributária. Será uma entidade pública, uma espécie de “super secretaria da Fazenda”, que, segundo estimativas, deverá gerenciar mais de R\$ 1 trilhão

em arrecadação anual.

De acordo com a lei, a parte que cabe aos municípios no Conselho Superior, será definido por meio de eleições em dois grupos. O primeiro, que tem direito a 14 cadeiras, é feito com as entidades que tenham 20% das assinaturas dos municípios brasileiros. O Brasil tem 5.570 cidades, então o quórum mínimo para participar do pleito seria de 1.114. Já o segundo grupo será pleiteado pelas entidades que tenham 20% dos votos da população do país, aproximadamente em torno de 41 milhões de habitantes.

Em abril, a FNP teve deferida uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) para suspender o processo de escolha dos integrantes do Comitê Gestor do IBS (CGIBS). A FNP justificou a ação em razão de divergências com a CNM. As duas entidades representam os municípios e integram a comissão eleitoral que definiria o processo de escolha dos nomes para o conselho.

Marcelo Camargo/Agencia Brasil



Paulo Ziulkoski, da CNM e Sebastião Melo, da FNP brigam pela representatividade no comitê gestor

A frente não participou da reunião da comissão eleitoral, no dia 8 de abril, que definiria as regras do pleito por defender a realização de uma audiência pública para se construir um consenso em relação à matéria. “Os

membros da CNM se reuniram de forma unilateral e tomaram decisões. A frente foi obrigada a ir à justiça, porque a lei complementar (214) é clara quando diz que decisão tem que ser conjunta, não pode ser unilateral”,

explicou o prefeito de Porto Alegre e 1º vice-presidente da FNP, Sebastião Melo.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, por sua vez, argumenta que, ao faltar à reunião, a FNP abriu mão da prerrogativa. “Eles

criaram o problema, eles criaram a liminar, nós estamos aceitando e queremos só a eleição e a lei. Então que mude a lei, só que não vão mudar. Aí a reforma vai atrasar”, disse.

Até o momento, o que se tem é a indefinição do Comitê gestor de IBS. Os governadores já afirmaram que seus representantes, já escolhidos, vão tocar o trabalho sozinhos. A FNP defende que o Comitê Pré-Gestor — criado no final de 2024 para discutir os temas até que o conselho fosse instalado — pode continuar até que a situação seja esclarecida, pelo menos para fazer trabalhos estruturais como “eleger um presidente ou abrir o CNPJ”.

Já do lado da Confederação, houve uma contraproposta de oferecer oito ou mais nomes da FNP no grupo de 13 e deixarem entre três ou cinco para a CNM. A confederação diz que se a Frente aceitar, “amanhã (hoje) termina a questão e segrega a reforma tributária”.

Esse primeiro comitê gestor, que ainda depende de eleição, terá vigência até 31 de dezembro de 2025, por ser um comitê de transição. O Projeto de Lei Complementar 108/2024, em debate no Senado, traz as definições das regras para o formato definitivo.